

# Semântica objetivista ou semântica cognitiva?

## Implicações do modelo semântico na análise de condicionais

Lilian Ferrari<sup>a</sup>

### Resumo

*O trabalho contrasta análises de construções condicionais propostas pelo Funcionalismo e pela Linguística Cognitiva, argumentando que os modelos semânticos adotados – Semântica Objetivista ou Semântica Cognitiva – fundamentam a diferença de enfoque analítico entre as duas vertentes.*

**Palavras-chave:** *Condicionais. Funcionalismo. Linguística Cognitiva. Espaços mentais.*

*Recebido em 28/01/2015  
Aprovado em 22/03/2015*

<sup>a</sup> UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, BR. lilianferrari@uol.com.br.

## Introdução

Embora seus fundamentos teóricos tenham sido estabelecidos por pesquisadores anteriormente associados à Gramática Gerativa, a Linguística Cognitiva (LC) tem sido normalmente reconhecida como um desdobramento mais recente da tradição funcionalista (LANGACKER, 1999, p.13). Esse reconhecimento faz todo sentido, na medida em que Funcionalismo e LC compartilham o interesse pelas relações entre forma e função, privilegiando os significados contextualizados e dinamicamente construídos na língua em uso.

Entretanto, são raros os trabalhos que contrastam, de forma mais detalhada, as premissas epistemológicas adotadas pelas análises funcionalistas e cognitivistas no que se refere à semântica. Se, por um lado, ambos os tipos de análise privilegiam questões relacionadas ao significado, por outro, o modelo semântico subjacente a cada uma delas pode repousar em bases distintas, motivando descrições divergentes de fenômenos gramaticais. Dentre esses fenômenos, destacam-se as construções condicionais [Se P, Q], a respeito das quais tanto a literatura funcionalista quanto a cognitivista apresentam um conjunto significativo de propostas<sup>1</sup>.

Tendo em vista que os limites de um estudo como o que aqui se propõe não poderia fazer jus a todo o cabedal de conhecimentos já disponíveis nas duas áreas, o objetivo deste artigo é contrastar um conjunto de análises funcionalistas das condicionais do português brasileiro, mais próximas de uma versão mais clássica do funcionalismo europeu e norte-americano, e análises cognitivistas das condicionais, baseadas na Teoria dos Espaços Mentais. Esse recorte tem a vantagem de permitir uma comparação mais direta entre propostas de classificação distintas para um mesmo fenômeno gramatical, possibilitando uma reflexão sobre os modelos semânticos associados a cada uma delas.

O artigo começa por destacar, na seção 2, o contraste entre *semântica objetivista* e *semântica cognitiva*. Feita a distinção entre os modelos semânticos, o modo pelo qual cada um deles se relaciona à descrição de construções condicionais é apresentado nas duas seções subsequentes. Assim, a seção 3 aborda estudos funcionalistas sobre as condicionais, enfocando propostas vinculadas ao português brasileiro em termos de

<sup>1</sup> Vale salientar que cada um dos paradigmas teóricos se constitui a partir de vertentes inter-relacionadas. No que se refere ao Funcionalismo, destacam-se o funcionalismo europeu (HALLIDAY, 1970, 1985; DIK, 1983, 1989), o Funcionalismo norte-americano (BOLLINGER, 1968; GIVÓN, 1979, 1990, 1995), os modelos baseados no uso (BYBEE, 2006, 2010) e o funcionalismo construcional, que busca conjugar a concepção funcionalista de gramaticalização ao modelo de Gramática de Construções (TRAUGOTT & DASHER, 2002; TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013). Esse último modelo, em suas diferentes versões (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001, 2013; FILLMORE & KAY, 1999), constitui um dos pilares da Linguística Cognitiva, ao lado da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1999), da Teoria da Metáfora Conceptual (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1993), e da Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997; FAUCONNIER & TURNER, 2002), entre outros.

seus pontos de contato com a semântica objetivista. A seção 4 recorta propostas de análise das condicionais advogadas pela Linguística Cognitiva, cujas bases se sustentam no conceito de postura epistêmica e na descrição das relações entre espaços condicionais. Em especial, detalham-se os mecanismos cognitivos ativados por estruturas caracterizadas como *condicionais de conteúdo preditivas*, com dados do português brasileiro retirados do Corpus LINC de fala e escrita<sup>2</sup>. Por fim, a seção 5 contrasta as análises apresentadas, destacando as implicações analíticas decorrentes dos modelos semânticos adotados.

### 1. Objetivismo vs. Semântica cognitiva

Como paradigma filosófico, o objetivismo enfoca a separação sujeito-objeto, tratando a mente como capaz de refletir objetos que existem de forma autônoma no mundo. Nesse sentido, a abordagem *objetivista* adota uma visão de mundo baseada em entidades, propriedades de entidades e relações entre entidades, em que se inscrevem questões ontológicas (*como é o mundo?*) e epistemológicas (*como o mundo pode ser conhecido?*).

No âmbito desse paradigma, assume-se que as expressões linguísticas adquirem significado em função da correspondência convencional que estabelecem com o mundo. A linguagem é concebida como representação da realidade e, no que se refere ao tratamento do significado, adota-se uma *semântica verificacionista* (ou *semântica de condições de verdade*), em que se atribui valor verdadeiro ou falso a uma sentença em função da referência que estabelece em relação ao mundo (ou a mundos possíveis). Dentro dessa perspectiva, privilegia-se a existência de uma realidade objetiva, independentemente de crenças, percepções ou outros aspectos da cognição humana envolvidos na conceptualização do mundo (FREGE, 1966; MONTAGUE, 1974; LEWIS, 1972).

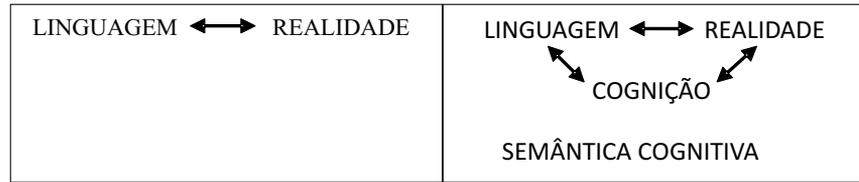
Embora o paradigma objetivista ainda prevaleça na filosofia, na lógica e na semântica formal até os dias atuais, outra proposta filosófica, denominada realismo internalista, começou a ganhar força a partir da segunda metade do século XX. Essa proposta, associada ao filósofo Hillary Putnam, foi rebatizada, no âmbito da Linguística Cognitiva, como *realismo experiencialista* ou *experiencialismo*, e articula o estudo da semântica a configurações cognitivas ancoradas na experiência

<sup>2</sup> O Corpus LINC de fala e escrita reúne dados do português brasileiro, organizados no âmbito do Laboratório de Linguística Cognitiva (LINC), sob minha coordenação. O banco de dados inclui textos jornalísticos escritos (Revista Época, 2010, eds. 610-626; Revista Veja, ed. 2301, 2012) e 120 minutos de transcrições de situações informais de conversação espontânea.

humana corporificada (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; LAKOFF & JOHNSON, 1999). Em um claro afastamento em relação à perspectiva externalista da semântica objetivista, a base teórica da Linguística Cognitiva tem como premissa básica a ideia de que as relações entre estrutura gramatical e mundo objetivo são mediadas e engendradas pela cognição.

A Fig. 1, a seguir, esquematiza os dois tipos de abordagem semântica

**Figura 1** – Tipos de abordagem semântica



Enquanto a semântica objetivista prevê uma relação especular entre linguagem e realidade<sup>3</sup>, a semântica cognitiva elege os mecanismos cognitivos adotados por falantes/ouvintes no processo de construção do significado como objeto de estudo privilegiado da análise semântica. Assim, uma das tarefas de uma teoria de base cognitiva será, exatamente, lançar luz sobre as complexas operações cognitivas que moldam a linguagem e estruturam a realidade a partir da percepção e da experiência corporal.

Para a semântica cognitiva, a conceptualização ocorre na mente, mas não se restringe a processos mentais internos, desconectados do mundo real. Ao contrário, a conceptualização está ancorada tanto no mundo real quanto em mundos mentais construídos pelo falante, além de também se basear no corpo e na experiência mental sobre a qual o falante é capaz de refletir. Além disso, a construção do significado no discurso real é dinâmica, intersubjetiva, dependente do contexto e negociada ativamente pelos interlocutores com base no ambiente físico, linguístico, social e cultural. A interação verbal envolve a conceptualização não apenas daquilo de que se fala, mas também do contexto em todas as suas dimensões, incluindo-se a avaliação do conhecimento e das intenções do interlocutor (LAKOFF & JOHNSON, 1999; LANGACKER, 2013).

<sup>3</sup> Essa concepção remonta à premissa aristotélica de que a linguagem reflete o pensamento que, por sua vez, reflete a realidade.

## 2. Abordagens funcionalistas das condicionais

No que se refere à investigação das condicionais sob a perspectiva funcionalista, o trabalho de Haiman (1978) apresentou, de modo pioneiro, evidências de que a cláusula subordinada (condicionante) funciona como tópico, contextualizando e indicando a informação que servirá de base para o que vai ser estabelecido na cláusula principal (condicionada). Posteriormente, essa proposta foi reforçada pela observação de Traugott (1985) de que, em várias línguas, há uma conexão histórica entre marcadores condicionais e marcadores de tópico. No caso do português brasileiro, a tendência básica da língua de posicionamento do tópico antes do comentário parece contribuir para a maior frequência de ocorrência da cláusula condicionante antes da condicionada, conforme atestam dados reais de uso (NEVES & BRAGA, 1998).

Os estudos citados articulam-se, em maior ou menor grau, ao *Princípio de Iconicidade*, que prevê relações de motivação entre forma e função (GIVÓN, 1990).<sup>4</sup> Mais especificamente, aplicam à análise das condicionais parâmetros tradicionalmente relevados na literatura funcionalista, relacionados à organização e apresentação da informação no discurso (estrutura informacional), à mudança semântica e processos de gramaticalização e ao tipo de relação entre estrutura formal e estrutura semântica.

Esse último parâmetro, de especial relevância para a análise das condicionais, será discutido mais detalhadamente nas subseções a seguir, em que se recortam propostas analíticas direcionadas à classificação das condicionais do português brasileiro, e seus desdobramentos em termos do enfoque previsto para as relações entre construções.

### 2.1. Propostas funcionalistas de classificação

Os estudos a serem discutidos nesta seção classificam as condicionais de acordo com critérios estabelecidos pela tradição lógico-filosófica (GRYNER, 1990, 1998; NEVES, 1999; CASTILHO, 2010):

- (i) Reais ou factuais – dada a realização/factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização/factualidade da oração condicionada (ex. *se você quer, eu compro*).

<sup>4</sup> Embora seja amplamente aceito entre os funcionalistas que a transparência icônica deve ser flexibilizada, a iconicidade tem sido considerada como a “tendência mais geral na organização gramatical” (GRYNER, 1998, p. 142).

- (ii) Eventuais ou potenciais – dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada (ex. *se você quiser, eu compro*).
- (iii) Irreais ou não-factuais – dada a não realização/não factualidade da oração condicionante segue-se, necessariamente, a não realização/não factualidade da oração condicionada (ex. *se você quisesse, eu compraria*).

Em linhas gerais, essa classificação repousa em critérios semânticos, associados à realização (ou não) dos eventos descritos, o que parece refletir o estabelecimento de uma relação direta entre estrutura linguística e mundo objetivo. Assim, para classificar as condicionais, é necessário determinar a realidade, potencialidade ou irreabilidade da oração condicionante, em relação àquilo que se considera como realidade objetiva<sup>5</sup>.

Essa tarefa, entretanto, não é tão fácil quanto poderia parecer à primeira vista. Como identificar se o que está posto na condicional é fato? Para efeito de classificação, o analista acaba recorrendo a critérios morfossintáticos, baseados em tempo/modo verbal. Assim, o que se observa na prática é que a mesma relação (ex. querer → comprar) será considerada factual, se o verbo da oração antecedente estiver no presente do indicativo-PI (*Se você quer, eu compro*); potencial, se o verbo estiver no futuro do subjuntivo-FS (*Se você quiser, eu compro*) e contrafactual, se o verbo estiver no pretérito imperfeito do subjuntivo -IS (*Se você quisesse, eu compraria*). Nesses termos, é possível afirmar que a condicional é factual porque o verbo está no presente do indicativo, por exemplo, mas não se consegue explicar por que o falante escolheu o presente do indicativo em determinado contexto, sem cair no argumento circular de que o uso do indicativo ocorre porque a condicional é factual.

Além disso, a polissemia dos tempos verbais é um fenômeno recorrente. Os exemplos a seguir, construídos para efeito de discussão, ilustram usos possíveis do presente do indicativo em condicionais:

- (1) Agora que me formei não vou mais aceitar salário baixo. Se eu **tenho** diploma, **mereço** reconhecimento.
- (2) Vou me esforçar para terminar a faculdade. Se eu **tenho** diploma, **consigo** reconhecimento.

<sup>5</sup> Ao tratar das condicionais, Neves (1999, p. 836) não adere integralmente a essa terminologia. A autora ressalta a inadequação do uso dos termos *real/irreal* em referência ao que aparece num enunciado. Sendo assim, opta pelo termo factual (ou contrafactual) que, a seu ver, destaca a factualidade (ou contrafactualidade) da proposição (ou seja, daquilo que é dito). Deve-se destacar que a proposta de distinguir explicitamente língua e realidade aproximam a autora de uma semântica cognitiva para a descrição das condicionais.

Em (1), os usos do presente do indicativo na condicional são congruentes com a indicação de fatos que incluem cronologicamente o momento presente (=momento do evento de fala). Entretanto, não se pode dizer o mesmo do contexto (2), em que o presente do indicativo ativa uma interpretação de evento futuro (= momento posterior ao evento de fala).

Assim, se o exemplo (1) é claramente factual, qual seria a classificação adequada para (2)? Factual, em função do uso do verbo no presente? Ou potencial, em função de uma possível paráfrase com o futuro do subjuntivo?<sup>6</sup>

Para solucionar impasses desse tipo, Gryner (1998) propõe um contínuo de usos categóricos e variáveis das formas modo-temporais, conciliando habilmente o princípio funcionalista da iconicidade com o caráter probabilístico de interpretação da realidade evidenciado pela Teoria da Variação. Assim, para os casos variáveis de PI, a autora cria a categoria Potencial (Provável), contrastando-a com Potencial (Possível), que associa ao FS (ex. *Se eu tiver diploma, consigo reconhecimento*). Como usos categóricos (icônicos), a autora destaca a codificação de Real com o PI e de Irreal (Improvável/Impossível) com IS.

Apesar de permitir uma descrição mais acurada dos dados, há ainda problemas não solucionados com relação aos dados considerados categóricos. Consideremos os exemplos a seguir, em que se verifica o uso prototípico de IS para indicar contrafactualidade em (3), enquanto (4) envolve um uso especial do PI:

(3) Se eu fosse ela, eu pintava o cabelo de louro.

(4) Se eu sou ela, eu pinto a cabelo de louro<sup>7</sup>.

Ambas as sentenças (3) e (4) denotam uma situação contrafactual: no mundo tal qual o conhecemos, o falante não pode ser, ao mesmo tempo, outra pessoa. Com relação ao exemplo (3), a análise do significado a partir da forma verbal parece ser direta: o pretérito imperfeito do subjuntivo é convencionalmente um indicador de não-factuality. Mas, novamente, qual seria a classificação adequada para (4)? Factual, em função do uso do verbo no presente? Ou não-factual, em função da semântica de contrafactualidade?

<sup>6</sup> Vale notar que análises funcionalistas mais recentes admitiriam um ponto intermediário entre o factual e o potencial, demonstrando convergência com o modelo de categorização proposto pela LC, baseado na Teoria dos Protótipos (cf. FERRARI, 2011).

<sup>7</sup> Sentença atestada em situação informal, de fala espontânea.

Obviamente, não é possível considerar a condicional como factual, já que seu significado é claramente não-factual. Mas uma análise que reconheça a contrafactualidade traz um problema adicional: como explicar o uso do presente nesses casos, com base em uma relação entre forma verbal e mundo objetivo? Trata-se aqui de um caso em que a escolha linguística se afasta significativamente de uma possível correspondência com a realidade.

## 2.2. Relações entre construções

No que se refere às relações entre estruturas sintáticas, parece haver uma suposição tácita, nos estudos citados, de que estruturas diferentes podem designar basicamente o mesmo significado. No caso das condicionais, essa suposição pode ser ilustrada a partir do exemplo, apresentado por Gryner (1998, p. 152), para ilustrar condicionais genéricas habituais:

(5) ...eu acho que às vezes você conta um segredo a outra pessoa, você tá confiando naquela pessoa, né?

A autora comenta que o exemplo codifica relações parafraseáveis por “todas as vezes que”, “sempre que” (GRYNER, 1998, p.152), em consonância com a hipótese de que a estrutura condicional justaposta e as estruturas de subordinação encabeçadas pelos conectivos mencionados codificam basicamente o mesmo significado.

Com relação às estruturas contrafactuais, Neves (1999, p. 858) discute algumas particularidades, entre as quais inclui a elipse do conectivo:

(6) Fosse a vítima dessa ação truculenta uma pessoa cardíaca ou uma gestante, e certamente as consequências seriam outras.

Ao comparar a construção (6) com uma possível versão encabeçada por conjunção (“Se a vítima dessa ação truculenta fosse...”), a autora argumenta que essa última admite duas leituras: a contrafactual (“...certamente as consequências teriam sido trágicas”) ou a eventual (“...as consequências poderiam ser (eventualmente) trágicas”). Já o exemplo (6), a seu ver, admite apenas leitura contrafactual. A diferença entre leituras con-

trafactuais nas construções com e sem conjunção, entretanto, não chega a ser abordada, o que parece indicar a suposição implícita de equivalência semântica entre ambas.

A ideia de uma mesma relação básica de condicionalidade também se manifesta no tratamento das conjunções que introduzem a oração condicionante, geralmente concebidas como equivalentes. Além das conjunções *se* e *caso*, os estudos normalmente associam o significado condicional às locuções conjuntivas *desde que*, *contanto que*, *uma vez que*, *a menos que*, *sem que*, *a não ser que*, *salvo se*, *exceto se*.

Um breve exame dessas locuções sugere que elas poderiam ser subdivididas em grupos menores, de acordo com o tipo de relação estabelecida entre as orações: (a) condição necessária e suficiente - *desde que*, *contanto que*, *uma vez que* (ex. *A resolução não prejudicará os alunos, desde que/contanto que/uma vez que estejam com o pagamento em dia*); (b) restrição - *a menos que*, *a não ser que*, *salvo se*, *exceto se* (ex. *Ele viaja amanhã, a menos que/a não ser que, o chefe o impeça; Ele viaja amanhã, salvo se/exceto se o chefe o impedir*). A existência desses grupos sugere que não é adequado tratar todas as locuções conjuntivas como um único bloco que indicaria a mesma expressão básica de condicionalidade<sup>8</sup>.

### 3. Abordagem cognitivista das condicionais

Dada a grande diversidade funcional das construções condicionais<sup>9</sup>, a abordagem cognitivista busca um tratamento que reconheça a complexidade dos dados, ao mesmo tempo em que seja capaz de propor uma análise que identifique parâmetros de interpretação específicos. A partir de estudos pioneiros, como os de Sweetser (1984, 1990) e Fillmore (1990), as ferramentas teóricas fornecidas pela Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994, 1997) passaram a ser recrutadas para realizar essa empreitada (DANCYGIER & SWEETSER, 2005).

Nesta seção, serão abordados o conceito de *postura epistêmica* e a classificação das condicionais em termos das relações estabelecidas entre domínios cognitivos, denominados espaços mentais. Para detalhar as implicações analíticas da classificação proposta, apresenta-se uma análise das condicionais de conteúdo preditivas, que têm merecido considerável atenção na literatura cognitivista.

<sup>8</sup> Vale destacar que um tratamento mais detalhado do assunto é uma área ainda pouco explorada na descrição das condicionais do português, tanto nos estudos funcionalistas quanto cognitivistas.

<sup>9</sup> Neste trabalho, adota-se a noção de construção gramatical de acordo com o paradigma teórico da Gramática de Construções (FILLMORE & KAY, 1999; GOLDBERG, 1995, 2006).

### 3.1. Postura epistêmica

Em estudo clássico sobre as condicionais do inglês, Fillmore (1990) destacou que construções complexas iniciadas por *when* envolvem o compromisso do falante com uma postura epistêmica positiva. Na sentença “*Quando amanhecer, ficará claro de novo*”<sup>10</sup>, o falante se associa mentalmente ao evento descrito, tomando o amanhecer como um evento que, de fato, ocorrerá no futuro. A conjunção *if* (“se”), por outro lado, é menos explícita com relação à postura epistêmica, podendo ser escolhida para sinalizar postura epistêmica neutra ou negativa. Em cada caso, a postura epistêmica será definida não apenas pelo uso da conjunção condicional, mas também pelo tempo verbal selecionado. Observemos os seguintes exemplos:

(7) Se eles *estiverem em Paris*, vão visitar o Louvre.

(8) Se eles *estivessem em Paris*, visitariam o Louvre.

Em (7), a associação da conjunção *se* ao futuro do subjuntivo *estiverem* contribui para uma postura epistêmica neutra. A situação se modifica em (8), já que o verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo sinaliza postura epistêmica negativa.

Em diálogo com a proposta fillmoreana, a contribuição de Sweetser (1990) investiga as relações semântico-pragmáticas estabelecidas entre prótase e apódose<sup>11</sup>, propondo uma classificação tripartite das condicionais. Estudos posteriores detalharam e aprofundaram essas propostas iniciais (DANCYGIER, 1993; DANCYGIER & SWEETSER, 2005). Na seção a seguir, essas contribuições serão apresentadas.

### 3.2. Propostas cognitivistas de classificação

Sweetser (1990) classificou as condicionais, subdividindo-as em *condicionais de conteúdo, epistêmicas e pragmáticas*. Assim, enquanto a *condicional de conteúdo* indica uma relação contingente entre um evento descrito e sua presumível consequência, as *condicionais epistêmicas e pragmáticas* estabelecem outros tipos de relação entre prótase (a oração condicionante) e apódose (a oração condicionada). Detalhemos cada um dos tipos:

<sup>10</sup> Do original em inglês, *When morning comes, it'll be light again*.

<sup>11</sup> Os termos prótase e apódose têm sido utilizados na literatura cognitivista para indicar as orações condicionante e condicionada, respectivamente.

- (i) Condicional de conteúdo – estabelece uma relação condicional e causal entre eventos no mundo descrito (ex. *Se chover, eles cancelarão o jogo*).
- (ii) Condicional epistêmica – indica um processo de raciocínio ou conclusão, que se estabelece na apódose, a partir do estado de coisas ou evento descrito na prótase (ex. *Se eles cancelaram o jogo, então choveu*).
- (iii) Condicional pragmática – indica a realização de um ato de fala na apódose, a partir da condição imposta na prótase (ex. *Se chover, será que eles cancelam o jogo?*).

Dancygier (1993, 1998) apontou, ainda, a existência de outro tipo de condicional, que se caracteriza pela negociação *metalinguística* (ex. *A filosofia da vida, se é que eu poderia defini-la com essa expressão, estava além da minha compreensão*). Nesse caso, o falante escolhe um rótulo linguístico específico para codificar um determinado estado de coisas (ex. *filosofia de vida*) e, em seguida, o enquadra como questionável ou meramente condicional (ex. *se é que eu poderia...*).

No livro *Mental Spaces in Grammar*, Dancygier & Sweetser (2005) aprofundam essas propostas anteriores, argumentando mais claramente que todos esses tipos de condicionais envolvem a criação de um espaço mental (ativado pela cláusula *Se P*), e a construção de outro domínio (a partir da cláusula principal *Q*), como desdobramento desse espaço.

Dentro desse modelo teórico, a diversidade funcional das condicionais pode ser relacionada à diversidade de espaços que podem ser criados e relacionados às formas linguísticas. Embora a lista de espaços possa ser extensa, o modelo dos espaços mentais permite prever quais espaços costumam estar disponíveis automaticamente no contexto. Em geral, qualquer troca interacional envolve o binômio *falante-ouvinte*, bem como os seguintes parâmetros: (i) conteúdo relacionado a um determinado estado descrito; (ii) ideias e processos de raciocínio do falante e do ouvinte; (iii) contexto de ato de fala; (iv) pareamentos forma-significado disponíveis ao falante e ao ouvinte.

<sup>12</sup> Essa intuição foi formalizada posteriormente com base no conceito de BCSN - *Basic Communicative Spaces Network - Rede de Espaços Comunicativo Básicos* (SANDERS, SANDERS & SWEETSER, 2008; FERRARI & SWEETSER, 2012). Esse desdobramento teórico tem sido incorporado na análise de condicionais do português brasileiro (FERRARI, 2012; FERRARI e ALMEIDA, no prelo).

<sup>13</sup> De acordo com Dancygier e Sweetser (2005, p. 132), a predição pode ocorrer também em condicionais epistêmicas e metalinguísticas, embora de forma pouco frequente.

<sup>14</sup> Dancygier e Sweetser (2005) ressaltam que há predições que não são condicionais, mas baseadas em conhecimento compartilhado ou suposições do falante. Por exemplo, a sentença *Haverá Olimpíadas no Brasil em 2016* assume a ocorrência de um evento futuro, com base em conhecimento compartilhado sobre o calendário olímpico. Já na sentença *Quando o verão chegar, haverá apagões*, a oração temporal introduzida por *quando* expressa a certeza do falante com relação à alternância das estações, a partir da qual se estabelece a predição de que haverá apagões.

<sup>15</sup> O exemplo é uma versão adaptada do trecho em itálico, que foi retirado de matéria de Ana Luiza Daltro, publicada na Revista Veja (ed. 2301), em 26/12/2012: “Modelos estatísticos utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a entidade responsável pelo controle da operação de geração e transmissão de energia, estimam que, se as chuvas vierem na intensidade prevista para os próximos meses, os reservatórios do Centro-Oeste e do Sudeste voltarão a se encher e chegarão ao período de seca com 68% de sua capacidade”.

Esses parâmetros refletem, respectivamente, os domínios de conteúdo, epistêmico, de ato de fala e metalinguístico, que estão implicitamente disponíveis, de forma automática, para serem acessados no processamento das construções linguísticas, e em especial, das condicionais<sup>12</sup>.

Para melhor situar as consequências analíticas dessa proposta classificatória, a seção a seguir apresenta uma descrição detalhada dos parâmetros envolvidos na construção do significado em condicionais de conteúdo no português brasileiro.

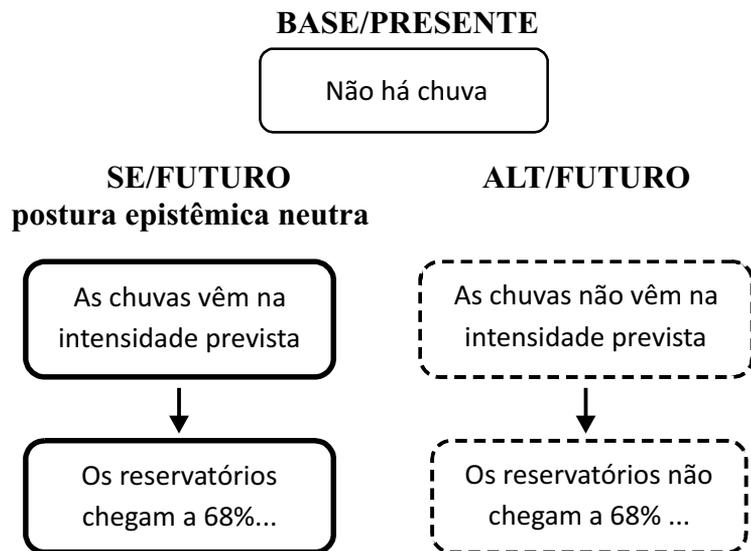
### 3.2.1. Condicionais de conteúdo e predição

As condicionais de conteúdo relacionam dois eventos, de modo a caracterizá-los como condicional e causalmente relacionados no mundo descrito. De acordo com Dancygier & Sweetser (1996, 2005<sup>13</sup>), essas condicionais realizam, invariavelmente, uma das funções mais importantes do ponto de vista da cognição e comunicação humanas, que é a *predição*. Além disso, estabelecem uma correlação de parâmetros que estruturam espaços mentais alternativos<sup>14</sup>. Considere a seguinte sentença:

(9) Se as chuvas vierem na intensidade prevista, os reservatórios chegarão a 68% de sua capacidade<sup>15</sup>.

Em (9), a combinação *futuro do subjuntivo-futuro do indicativo* sinaliza sequencialidade causal entre dois eventos, a partir de uma postura epistêmica neutra. A condicional estabelece duas estruturas de espaços mentais alternativos, interpretados como potencialmente futuros em relação ao espaço base corrente. A primeira estrutura contém um espaço condicional (*Se P*), no qual as chuvas vêm na intensidade prevista, e um espaço que funciona como **extensão** do primeiro, no qual os reservatórios chegam a 68% de sua capacidade. A estrutura alternativa, relacionada a (9), tem espaços nos quais as chuvas não vêm na intensidade prevista, e conseqüentemente os reservatórios não atingem 68% de sua capacidade. A Fig.2 representa o exemplo:

**Figura 2** – Exemplo (9) – Se as chuvas vierem na intensidade prevista, os reservatórios chegarão a 68% da sua capacidade.



Como ilustra a Fig.2, dois espaços alternativos são contextualmente construídos como desdobramentos subsequentes e incompatíveis de um mesmo espaço Base. Assim, os espaços em que as “chuvas vêm na intensidade prevista” e “as chuvas não vêm na intensidade prevista” não podem preencher, simultaneamente, o período temporal imediatamente posterior ao espaço de realidade presente.

Vale notar que o espaço que é diretamente codificado na predição condicional é construído de forma mais direta e saliente do que o espaço alternativo implícito. Entretanto, o estabelecimento da predição em termos de espaços alternativos permite que se produzam inferências sobre a desejabilidade/ indesejabilidade dos espaços relacionados, sinalizando, muitas vezes, um curso possível de ação.

No exemplo (9), a condicional está inserida em um contexto discursivo que busca relacionar falta de chuvas a apagões energéticos. No pareamento mais saliente de espaços, codificado linguisticamente, o curso desejável de eventos é desta-

cado (“chuvas virem na intensidade prevista” e “reservatórios chegarem a 68% da capacidade”); ao mesmo tempo, os espaços alternativos possibilitam a inferência de que há também um curso indesejável de eventos (“chuvas não virem na intensidade prevista” e “reservatórios não chegarem a 68% da capacidade”).

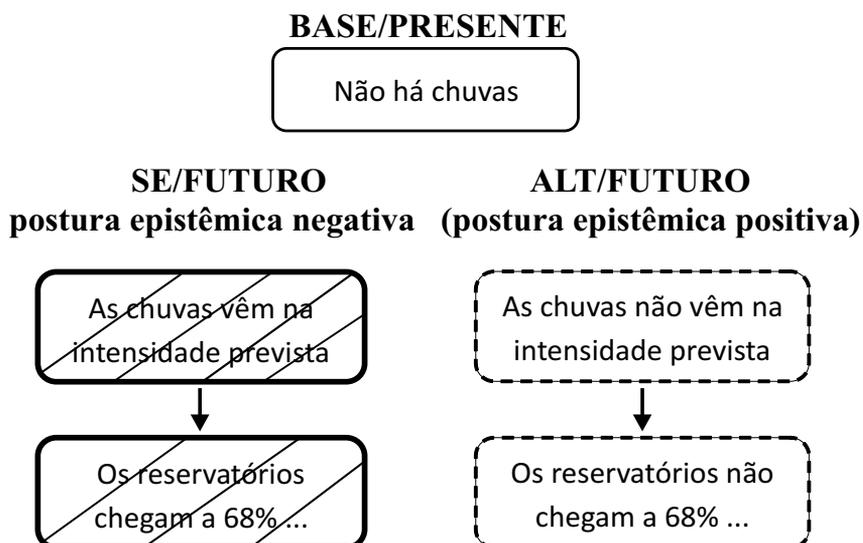
Condicionais preditivas são normalmente interpretadas como bicondicionais (“se e somente se”). Isso pode ser explicado pelo fato de que tanto o espaço mental P quanto o espaço alternativo  $\sim P$  são entidades estruturadas parcial e localmente, de modo que os cursos desejável e indesejável de eventos são construídos no âmbito da estrutura de mundo fornecido por esses espaços. Sendo assim, não se levam em conta possibilidades lógicas mais globais como, por exemplo, os reservatórios alcançarem 68% de sua capacidade em função da diminuição do consumo de água pela população ou da diminuição do desperdício de água na agricultura. Mesmo que algo desse tipo ocorresse depois do evento de fala, a predição condicional se manteria válida em relação ao momento no qual foi produzida. Ao estruturar a condicional, o falante não está meramente considerando cursos possíveis de eventos, mas tem o objetivo comunicativo de destacar um evento possível e seus resultados específicos, nos limites do contexto criado até o momento no discurso.

A estrutura representada em (10) continuaria a ser classificada como uma condicional de conteúdo preditiva a partir da alteração de determinados parâmetros modo-temporais. Consideremos o seguinte exemplo:

(10) Se as chuvas viessem na intensidade prevista, os reservatórios chegariam a 68% de sua capacidade.

Em (10), a combinação *pretérito imperfeito do subjuntivo-futuro do pretérito do indicativo* também sinaliza sequencialidade causal entre eventos no mundo, só que a partir de uma postura epistêmica distanciada (espaços sombreados na Fig.3):

**Figura 3** – Exemplo (10) – Se as chuvas viessem na intensidade prevista, os reservatórios chegariam a 68% da sua capacidade.



Da mesma forma que em (10), o pareamento mais saliente de espaços continua a ser destacado na condicional (“as chuvas virem na intensidade prevista” e “os reservatórios chegarem a 68% da capacidade”); ao mesmo tempo, os espaços alternativos possibilitam a inferência de que há também um outro curso possível de eventos (“as chuvas não virem na intensidade prevista” e “os reservatórios não chegarem a 68% da capacidade). Entretanto, a postura epistêmica negativa sinaliza que o falante se distancia epistemicamente do evento desejável descrito em P, e se identifica com  $\sim P$  (“as chuvas não virem na intensidade prevista”).

Para finalizar esta seção, vale destacar outro tipo de estrutura de conteúdo preditiva, disponível no português brasileiro, que apresenta duas cláusulas coordenadas, exibindo verbos no pretérito perfeito, conforme exemplificado a seguir:

(11) Achou o vale-brinde, ganhou.

(12) Vacilou, dançou.

Embora não se trate de condicionais prototípicas, os exemplos permitem inferências de condicionalidade, já que a ocorrência do primeiro evento funciona como uma pré-condição para a ocorrência do segundo. O uso do pretérito perfeito nas duas orações, por sua vez, contribui para a sinalização de uma sequência temporal quase imediata entre *achar e ganhar*, *vacilar e dançar*, além de indicar factualidade, caracterizando uma associação mental do falante com o evento descrito (NORO, 2014). Em termos de espaços mentais alternativos, as condicionais (11) e (12) podem ter representação semelhante às condicionais (9) e (10), com a diferença de que os espaços mais salientes devem ser marcados com postura epistêmica positiva. Assim, *Achou o vale-brinde, ganhou* destaca linguisticamente o curso desejável de eventos, objetivando convencer o ouvinte a procurar o vale-brinde (e, obviamente, a cumprir o pré-requisito para isso, que é a compra do produto), enquanto *Vacilou, dançou* funciona como um aviso para não vacilar, já que o curso desejável de eventos está no espaço alternativo (“não vacilar” e “não dançar”).

Enquanto as propostas funcionalistas enfocadas no presente artigo incluíam as condicionais discutidas nesta seção em grupos distintos<sup>16</sup>, a análise cognitivista apresentada permite captar a generalização de que essas condicionais estabelecem relações de conteúdo, conjugando semântica de predição, espaços alternativos e um determinado tipo de postura epistêmica, para apresentar um determinado curso de eventos como desejável ou indesejável sob o ponto de vista do falante.

### Considerações finais

Este artigo contrastou abordagens que privilegiam o estudo do binômio forma-função, tomando, como ponto de referência, análises funcionalistas e cognitivistas de construções condicionais. Na perspectiva funcional, foram retomadas propostas que classificam as condicionais em factuais, potenciais e contrafactuais, em função da natureza do evento descrito na oração condicionante em relação àquilo que se considera realidade objetiva. Na perspectiva cognitivista, foram abordados estudos pautados no modelo dos espaços mentais, que subdividem essas construções em condicionais

<sup>16</sup> Como vimos, as condicionais (9) e (10) seriam classificadas como potencial e não-factual respectivamente. Com relação às condicionais (11) e (12), não se encontram discussões diretamente relacionadas a essas construções, possivelmente pelo fato de que seriam tratadas como semanticamente equivalentes às potenciais (ex. *Achou o vale-brinde, ganhou* ≈ *Se achar o vale-brinde, ganha*).

de conteúdo, epistêmicas e pragmáticas, em função do tipo de relação estabelecida entre os espaços criados pelas orações condicionante e condicionada.

Cumprir notar que os trabalhos aqui discutidos estão longe de representar toda a gama de contribuições sobre o assunto. O artigo privilegiou, na verdade, contribuições funcionalistas e cognitivistas cujas divergências pudessem lançar luz sobre as implicações da escolha do modelo semântico na análise linguística. Não se pode deixar de destacar, entretanto, que as vertentes associadas ao *Funcionalismo* englobam uma série de contribuições que podem ser organizadas em um *continuum*, em termos de menor ou maior aproximação à semântica cognitiva. Nesse último caso, incluem-se propostas mais recentes, tais como a linguística cognitivo-funcional ou baseada no uso (BYBEE, 2006, 2010), o funcionalismo construcional (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013), e a sociolinguística cognitiva (KRISTIANSEN & DIRVEN, 2008; GEERAERTS, 2010). Nesse sentido, este artigo percorre um caminho que tem sido cada vez mais desbravado por funcionalistas e cognitivistas de diferentes matizes que, estimulados pelo conjunto de evidências já reunidas sobre a inequívoca relação entre forma e função, conjugam esforços para refinar a descrição de um e outro nível linguístico, bem como da relação entre ambos.

## REFERÊNCIAS

- BOLINGER, D. Entailment and the Meaning of Structures. *Glossa* 2, p. 119-127, 1968.
- BYBEE, J. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CASTILHO, A. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CROFT, W. Radical Construction Grammar. In: TROUSDALE, G. & HOFFMANN, T. (eds.), *The Handbook of Construction Grammar*. Oxford: Oxford University Press, p. 211-32, 2013.

- DALTRO, A.L. *Racionamento de energia pode vir logo*. Revista Veja, ed.2301, São Paulo: Abril, 26/12/2012.
- DANCYGIER, B. Interpreting conditionals: Time, knowledge and causation. *Journal of Pragmatics* 19, p. 403-434, 1993.
- DANCYGIER, B. *Conditionals and prediction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- DANCYGIER, B. & SWEETSER, E. Conditionals, distancing, and alternative spaces. In: GOLDBERG, A. (ed.), *Conceptual structure, discourse and language*. Stanford, California: CSLI Publications, p.83-98, 1996.
- DANCYGIER, B. & SWEETSER, E. *Mental spaces in grammar; conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- DANCYGIER, B. & SWEETSER, E. (eds.) *Viewpoint in language; a multimodal perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- DIK, S. C. *Advances in functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA: Foris Publications, 1983.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA: Foris Publications, 1989.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.
- FAUCONNIER, & TURNER, M. *Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FERRARI, L. Acrobacias cognitivas: ponto de vista e subjetividade em redes condicionais. In: MOURA, H. ; GABRIEL, R. (orgs.), *A cognição na linguagem*. Florianópolis: Insular, p. 43-62, 2012.
- FERRARI, L. & ALMEIDA, P. Subjetividade e conectivos causais no português brasileiro. *Revista Linguística*, Alfal (no prelo).

- FERRARI, L. & SWEETSER, E. Subjectivity and upwards projection in mental space structure”, In: DANCYGIER, B & SWEETSER, E (eds.), *Viewpoint in language: a multimodal perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 47-68, 2012.
- FILLMORE, C. Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences. *Papers from the Twenty-sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, p. 137-162, 1990.
- FILLMORE, C. & KAY, P. Grammatical constructions and linguistic generalizations: the *what's X doing Y?* construction. *Language*, v.75, n. 1, p. 1-33, 1999.
- FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P & BLACK, M. (eds.), *Translation from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1966.
- GEERAERTS, D. *Ten Lectures on Cognitive Sociolinguistics*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2010.
- GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.
- GIVÓN, T. *Syntax - a functional- typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, v.2, 1990.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions. A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work; the nature of generalization in language*. New York: Oxford University Press, 2006.
- GRYNER, H. *A variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais em português*. Tese (Doutorado). Programa de Linguística/UFRJ, 1990.
- GRYNER, H. Variação e iconicidade: a representação morfossintática de uma hierarquia semântica. *Revista de Estudos Linguísticos*, v.7, n.2, Belo Horizonte, p. 139-160, 1998,
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, v.54, n.3, p.564-589, 1978.
- HALLIDAY, M.A.K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (ed.), *New horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.

- HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- KRISTIANSEN, G. & DIRVEN R. (eds.). *Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural models, social systems*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: ORTONY, A. (ed.), *Metaphor and thought*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 202-251, 1993.
- LAKOFF, G & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh; the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.
- LANGACKER, R. Assessing the cognitive linguistic enterprise. In: JANSSEN, T. & REDEKER, G. (eds.), *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p.13-59, 1999.
- LANGACKER, R. *Essentials of Cognitive Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- LEWIS, D. General Semantics. In: DAVIDSON, D. & HARMAN, G. (eds.), *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel, p. 169-218, 1972.
- MONTAGUE, R. *Formal philosophy*. New Haven: Yale University Press, 1974.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- NEVES, M. H.M & BRAGA, M.L. Hipotaxe e gramaticalização: uma análise das construções de tempo e de condição. *Delta*, v.14, n. especial, São Paulo, 1998.
- NORO, P. *Vacilou, dançou: as condicionais coordenadas sob a perspectiva da Linguística Cognitiva*. Dissertação (Mestrado). Programa de Linguística/UFRJ, 2014.
- PUTNAM, H. *Reason, Truth, and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SANDERS, T., SANDERS, J. & SWEETSER, E. Causality, cognition and communication: a mental space analysis of subjectivity in causal connectives. In: SANDERS, T & SWEETSER, E. (eds.), *Causal categories in discourse and cognition*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 19-60, 2009.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TRAUGOTT, E. Conditional markers. In HAIMAN, J. (ed.), *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 289- 310, 1985.

TRAUGOTT, E & DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. & TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford Studies in Diachronic and Historical Linguistics, n. 6, Oxford: Oxford University Press, 2013.

### **Abstract**

#### **Objectivist semantics or cognitive semantics? Implications of the semantic model for the analysis of conditionals**

*This paper contrasts the analysis of conditional constructions in Functionalism and Cognitive Linguistics, and argues that the semantic model adopted- Objectivist Semantics and Cognitive Semantics, respectively - is at the heart of the differences observed in the main insights provided by each approach.*

*Keywords: conditionals; Functionalism; Cognitive Linguistics; mental spaces*